
Telejornalismo, público, credibilidade e desinformação: estratégias de legitimação em emissoras privadas e públicas¹

Iluska Maria da Silva Coutinho²
Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

A segunda década do século XXI explicitou a dependência humana por telas, como instrumento de socialização. É por meio de telas, e nelas do telejornalismo, que os brasileiros se informam sobre o que ocorre no Brasil e no mundo. A multiplicação de dispositivos e canais tensiona relações de confiança e credibilidade, e pode amplificar os riscos de desinformação. O artigo tem como foco estratégias de legitimação utilizadas em materiais de jornalismo audiovisual de emissoras privadas e públicas, analisadas por meio da AMA (COUTINHO, 2018), tomando como recorte materiais sobre a temática da desinformação e relacionados à cobertura dos atentados terroristas de 08 de janeiro de 2023. Os resultados indicam características distintas, ancoradas em marcas de proximidade e de impessoalidade, respectivamente.

Palavras-chave

Telejornalismo; Credibilidade; Emissoras Públicas; Emissoras Privadas; Análise da Materialidade Audiovisual.

Introdução: Fluxos e paratextos da análise

Os relatórios emitidos pela Fenaj, Federação Nacional dos Jornalistas, e levantamentos realizados por organizações não governamentais sobre violência contra os profissionais da informação revelam, além do aumento dos número de casos registrados entre 2019 e 2021, que a tentativa de descredibilização do Jornalismo se converteu em política de governo, durante a gestão Jair Bolsonaro (2019-2022). Tais ameaças se propagavam de forma viral por meio sobretudo de mensagens de vídeo que circulavam pelas redes sociais digitais em fluxos acelerados por mecanismos pouco transparentes, incluindo ação de bots, algoritmos e gestão dos conteúdos por empresas transnacionais. Assim, foi preciso em diversos momentos que o telejornalismo, além de realizar a cobertura de fatos e temas de interesse público, reafirmasse sua importância e relevância para a sociedade e para a democracia.

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Titular da Faculdade de Comunicação e do PPGCOM-UFJF, email: iluska.coutinho@ufjf.br

A proposta do artigo é mapear materiais em vídeo disponíveis no ambiente digital para buscar reconhecer as estratégias de legitimação do telejornalismo mobilizadas por emissoras privadas e públicas, e como tais conteúdos se constituíram em formas de combate à desinformação e eventual reforço da credibilidade no fazer profissional. Em termos metodológicos recorre-se à pesquisa bibliográfica e documental realizada no site das emissoras que constituem o recorte empírico do trabalho, repositórios e redes sociais digitais, institucionais e de jornalistas. A abordagem desses registros documentais em vídeo será realizado por meio da AMA - Análise da Materialidade Audiovisual (COUTINHO, 2018), tensionado a partir dos referências teóricos da dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012) e do telejornalismo com perspectiva de gênero (COUTINHO E PEREIRA, 2021).

Método desenvolvido a partir de reflexão epistemológica realizada por Coutinho em 2016, a AMA propõe em linhas gerais que a análise de materiais audiovisuais seja realizada sem decomposições ou traduções que distanciem analista e objeto de investigação. Os exercícios de análise e interpretação devem para isso considerar os fluxos e paratextos, estes considerados elementos contextuais para iluminar a pesquisa em produtos audiovisuais de distintos gêneros, espaços de circulação ou modos de consumo. No exercício de análise apresentado nesse artigo, tais processos ajudam a justificar também o recorte empírico.

De “o povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” à “Globo Lixo”, a emissora do grupo Roberto Marinho tem sido campeã não apenas de audiência, mas também no número de críticas e ataques, seja em protestos realizados nas ruas ou mesmo no ambiente virtual. Isso justifica a inclusão da TV Globo no recorte empírico, na observação das estratégias de legitimação mobilizadas por emissoras privadas. Considerando o cenário convergente, incluindo práticas de utilização de material audiovisual de forma compartilhada entre a emissora e o canal por assinatura Globonews, esse também será foco da pesquisa realizada.

No campo público optou-se por tomar como recorte representativo o conteúdo produzido pela TV Brasil, e as controvérsias relacionadas à emissora, incluindo desde a produção de relatórios sobre censura por representantes de funcionários, até a visibilidade por alcançada por essa televisão pública no julgamento da ação de ineligibilidade do ex-presidente envolvendo a utilização do canal.

Assim, como parte do contexto em que se insere o cenário de análise dessa reflexão que toma como foco as reações de jornalistas e emissoras de TV frente às tentativas de descredibilização da mídia, importa salientar que também a democracia esteve sob ataques, cuja materialização recente mais visível foi o atentado aos prédios do Palácio do Planalto, Congresso e STF em 08 de janeiro de 2023. Não por acaso, a cobertura desse evento que podemos considerar traumático, traz elementos importantes para analisar as estratégias do telejornalismo para reafirmar-se como narrador legítimo dos fatos. Entre outros aspectos, os resultados preliminares indicam uma mobilização de elementos pessoais nos relatos, uma narrativa construída a partir de toques testemunhais de jornalistas que atuam na cobertura dos poderes, em Brasília, e que não apenas registraram o que foi denominado como tentativa de golpe, mas reagiram aos ataques aos prédios públicos e à democracia como um todo. Afinal, uma sociedade democrática é condição essencial para o exercício do Jornalismo, assim como este desempenha um papel de guardião relevante sendo segundo Rui Barbosa (2019) a vista da nação: “Sem vista mal se vive. Vida sem vista é vida no escuro, vida na soledade, vida no medo, morte em vida: receio de tudo; dependência de todos; rumo à mercê do acaso; a cada passo acidentes, perigos, despenhadeiros” (BARBOSA, 2019, pp.36-37). Republicado pelo Senado Federal nos 170 anos da morte do autor, o texto de conferência realizada em 1920 permanece atual, e permite pensar questões contemporâneas, como o acirramento dos ataques aos jornalistas e a pandemia de desinformação.

Em diálogo com as contribuições de pesquisadoras e pesquisadores da rede Telejor como Cerqueira (2018), Porcello (2020) e Coutinho e Pereira (2021), utilizados como referencial teórico do artigo na mobilização de conceitos, os eixos da análise da materialidade audiovisual dos conteúdos em vídeo que constituem o universo investigado são: papéis desempenhados por repórteres e apresentadores/as; marcadores de credibilidade e contribuição das peças para o combate à desinformação.

As estratégias de legitimação tecidas nos materiais analisados ainda são tensionadas pelas características do telejornalismo em emissoras privadas e públicas, assim como pelo imaginário e promessa reconhecida pelo cidadão no caso desses dois tipos de oferta televisiva. Se a colonização audiovisual do Brasil (PEREIRA & COUTINHO, 2020), foi realizada em rede, e à luz do que é reconhecido como o “padrão de qualidade Globo”, no caso das emissoras públicas, como a TV Brasil, “(...) o telejornalismo público ainda se distancia dos elementos prescritos pelo conceito de telejornal midiaticado” (OLIVEIRA

FILHO, COUTINHO & THOMÉ, 2017, p.32), e ainda é pouco visível para significativa parcela da população, evidenciando problemas de vínculo que talvez pudessem garantir sua distinção em relação à oferta em emissoras de TV de exploração comercial. Por esse motivo a hipótese inicial é de que as estratégias de legitimação mobilizadas nas emissoras do campo comercial e público tomadas como recorte também serão diferenciadas.

Os resultados preliminares de projeto de pesquisa em desenvolvimento com apoio da FAPEMIG e do CNPq³ indicam que em parte do material relacionado à emissoras privadas há um investimento em marcadores de credibilidade mais personalizados, que mobilizam vínculos de confiança entre jornalista e telespectadores. Tal aproximação do jornalista com parte do público alcança outras redes e telas, incluindo espaços em tese do âmbito da vida privada, como perfis dos profissionais no Instagram e no Twitter. Já no caso da TV Brasil, talvez por se constituir como emissora de serviço público ao qual se associa o princípio da impessoalidade, essas estratégias são articuladas a partir da dimensão mais coletiva dos jornalistas como categoria profissional, que se vale de seus representantes para reforçar a credibilidade a partir de ações de resistência e denúncias contra a censura por parte dos dirigentes do canal.

Estratégias institucionais: credibilidade e combate à desinformação na TV pública

De TV do Lula à peça chave para o julgamento da inelegibilidade de Jair Bolsonaro, a TV Brasil ainda é invisível para significativa parcela da população brasileira, país em que a experiência televisiva é tradicionalmente associada aos canais de exploração comercial, processo que tem raízes históricas e de economia política da Comunicação. Criada há pouco mais de 15 anos, a EBC (Empresa Brasil de Comunicação) ainda enfrenta desafios para garantir que a rede nacional de televisão pública alcance todo território nacional, e seja reconhecida como a televisão cidadã, de todos brasileiros e brasileiras.

Criada no final de 2007, por meio de medida provisória, a EBC reuniu emissoras de rádios, televisão e uma agência de notícias na web, e uma estratégia ou modelo complexo de financiamento que, em tese, fosse capaz de garantir sua independência editorial. Para isso alguns elementos importantes a destacar seriam: a contratação de jornalistas

³ A autora do estudo é beneficiária do edital PPM/ Pesquisador Mineiro da Fapemig, e bolsista produtividade em pesquisa CNPq (PQ2).

profissionais por concurso público; a separação entre TV Brasil e NBR; a existência de um Conselho Curador composto majoritariamente por representantes da sociedade; o estabelecimento de mandato fixo para a direção. A implantação desse modelo enfrentou problemas diversos, entre eles culturais⁴ e econômicos⁵.

À eles se somaram questões de natureza política, evidenciadas durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff. Ao cobrir as manifestações contra o afastamento da presidenta eleita, investindo em transmissões ao vivo, a TV Brasil ampliou sua audiência e visibilidade, aproximando-se ao menos em termos de oferta de conteúdo da complementariedade de sistemas de radiodifusão prevista no texto constitucional. Por outro lado tal postura independente teve como resposta concreta a publicação em 02 de setembro de 2016 de medida provisória assinada pelo então presidente do Congresso Nacional, deputado Rodrigo Maia. Convertida posteriormente em lei, a MP 744/16 alterou a estrutura da EBC, extinguiu o Conselho Curador, acabou com o mandato fixo do presidente e vinculou a empresa à Casa Civil. Segundo matéria publicada no portal do Senado Federal houve no mesmo ato legislativo

(...) a recondução de Laerte Rímoli à presidência da empresa. Juntamente com a MP, o governo publicou um decreto regulamentando as mudanças. Sob a alegação de que a EBC estaria sendo usada para fins políticos, Michel Temer, ainda na condição de presidente interino, havia tentado a troca de direção da empresa. (VIEIRA, 2016).

Amparada em dispositivo jurídico a mudança alterou de fato as promessas de uma televisão comprometida com a população, na medida em que com a extinção do Conselho Curador, a participação da sociedade na empresa deixou de ser condição de funcionamento efetivo. A partir de então os casos de assédio e censura a profissionais do jornalismo passaram a ser noticiados por veículos de mídia independente, coletivos e entidades representativas. Foi nesse contexto de restrições à comunicação e jornalismo públicos que em abril de 2019 entrou no ar a “nova TV Brasil”, cujo alinhamento com o governo Jair Bolsonaro se evidenciou entre outros aspectos pela mudança na logomarca, que passava a ser grafada em verde-amarelo, e pela fusão dos canais TV Brasil e NBR, sepultando a promessa inconclusa de separação entre canais público e estatal.

⁴ Destacam-se aqui aspectos relacionados aos hábitos de consumo televisivo pela população, mas também resultado da transformação da incorporação da EBC da estrutura e profissionais de Radiobrás e da TVE-RJ, além da própria lacuna formativa em relação à comunicação e jornalismo públicos no ensino superior brasileiro.

⁵ Entre esses problemas destaca-se a dificuldade de a EBC acessar a taxa de fomento à radiodifusão pública, devida pelas operadoras de telefonia e serviços de assinatura, mas alvo de disputas jurídicas por anos.

Mais do que isso, na gestão Jair Bolsonaro (2019-2022), a TV Brasil atuou como uma emissora de governo e não voltada ao cidadão. Entre as marcas dessa apropriação pode ser salientada a interrupção da programação para transmissão ao vivo de eventos que contavam com a participação do então presidente a república, evidenciando o vínculo que se julgava importante construir, e com a utilização da emissora. Um desses eventos foi a reunião realizada entre Bolsonaro e embaixadores estrangeiros, materialidade audiovisual que serviu como elemento chave para seu julgamento de inelegibilidade pelo TSE.

Em janeiro de 2023, no terceiro governo Lula, a televisão pública passa por nova mudança de caráter editorial. Ainda que sem realizar alterações na estrutura da empresa, que até o momento de redação do texto não teve seu Conselho Curador reativado, há uma tentativa de distinção entre conteúdos da emissora pública e materiais de governo, com a criação do @CanalGov. Segundo seu perfil do twitter, o canal que pode ser acessado a partir do YouTube, e que seria um veículo da EBC, oferece “notícias e ações do Governo Federal e da Presidência da República”. O canal da @TV Brasil na mesma rede social convida em sua descrição a acompanhar “as novidades da sua #TV Brasil!”, e oferece um linktr.ee para acessar a programação, o aplicativo TV Brasil Play, indicações de como sintonizar e destaques de conteúdo.

Esse breve resgate pelo percurso histórico da TV Brasil atua como forma de elemento paratextual que nos auxilia na compreensão dos resultados iniciais da busca empírica realizada a partir da palavra chave desinformação. Para realização da análise da materialidade audiovisual os procedimentos para localização dos conteúdos em vídeo envolveram a busca pelo tema desinformação, realizada partir do canal do youtube da TV Brasil, que tem 2,04 milhões de inscritos. Os resultados indicam a presença da temática em um conteúdo jornalístico em profundidade ainda em 2018, e a retomada da pauta com material em vídeo a partir de 2023. Qualquer semelhança com as tentativas de silenciamento do mensageiro, e agressões ao Jornalismo durante esse período de suspensão das reportagens sobre o tema na emissora não é mera coincidência; se essa expressão era frequente após a veiculação de produções originais de ficção em emissoras privadas, sua utilização aqui denota a lamentável maneira patrimonialista de uso da TV pública pelos governantes no Brasil.

A apresentação dos resultados realizada aqui de maneira sintética sinaliza uma preocupação com a desinformação no período eleitoral de 2018 evidenciada com a exibição de um programa Caminhos da Reportagem dedicado ao tema em outubro

daquele ano. O conteúdo em vídeo está disponível no YouTube desde 05 de outubro de 2018, tem 51'54", 97 curtidas, 3148 visualizações e nenhum comentário. Em formato de grande reportagem em vídeo há abordagem do poder da (des) informação. Além de discutir como as notícias falsas têm afetado a vida dos cidadãos e cidadãs, e o debate público em todo o mundo, o programa salienta as iniciativas surgidas para combater a desinformação, especialmente no período eleitoral. Além de apresentação de personagens, com protagonismo para o cidadão, mobilizado, o programa da TV Pública coloca em cena o conhecimento especializado. A presença de especialistas em reportagens produzidas e veiculadas pela televisão pública já foi apontada em estudos anteriores (COUTINHO, 2013), sendo essa uma marca também da forma de inscrição desse tipo de emissora no imaginário social, em que os canais públicos são associados à uma dimensão educativa⁶. No programa os estudiosos refletem sobre os instrumentos para reduzir a circulação de informações falsas e os potenciais riscos à liberdade de expressão.

Programa vencedor de diversas premiações, o Caminhos da Reportagem apresenta a temática com o necessário aprofundamento. Além disso, no que refere-se aos personagens e papéis por eles assumidos, é possível perceber mudanças em relação à escalas habituais da dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012). O cidadão comum não assume mais o papel de vítima, mas com sua mobilização ganha protagonismo de herói/heroína. Os especialistas assumem a função de arautos, anunciando temáticas que devem ser consideradas, enquanto repórteres têm papéis aparentemente secundários, ou menos evidentes ao olhar menos atento apenas à superfície da tela.

Em termos de estrutura narrativa telejornalística, a reportagem busca evidenciar os conflitos que a sociedade enfrenta a partir da circulação de mensagens potencializada pela tecnologia móvel, e os riscos da desinformação amplificado pela ausência de regulamentação quanto ao uso das redes. Em maio de 2020, cerca de dois anos após a veiculação da grande reportagem na TV Brasil, teve início tramitação de um projeto de iniciativa do senador Alessandro Vieira (Cidadania/ SE) que “institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet”. Aprovado no Senado Federal a iniciativa, rebatizada de PL das Fake News (PL2630/2020), ainda aguarda votação na Câmara dos Deputados. Enquanto não conta com o suporte de uma legislação específica sobre o tema, nem de adequada educação para a mídia, cidadãos e cidadãs contam com o

⁶ Em sua tese de doutorado Angela Maria Carrato Diniz (2013) apresenta uma história da TV Pública brasileira. O documento está disponível no repositório institucional da UnB.

jornalismo profissional e iniciativas de coletivos para informar-se com segurança. Essa é a lição moral da edição analisada do Caminhos da Reportagem; os jornalistas da TV Pública poderiam ser associados aos heróis que não se deixam identificar, menos Clark Kent ou Peter Parker e mais Bruce Wayne. Os dois primeiros heróis são vistos pelo público, ainda que usem disfarces, enquanto no caso de Batman é possível ver apenas seu sinal característico nos céus após a solução do problema. Alinhados com o princípio da impessoalidade do serviço público, os jornalistas da TV Brasil deixam como marca na reportagem menos suas ações e mais o alerta para o risco contemporâneo da desinformação.

Outras dois materiais em vídeo que tematizam a questão da desinformação e que integram o recorte empírico foram veiculados pela TV Brasil já em 2023, em março e abril. Em primeiro de março, por meio de uma nota coberta veiculada no Repórter Brasil, a emissora informa da criação de um grupo de trabalho contra fake news pelo TSE. O material tem oito (8) curtidas e 125 visualizações e apresenta ainda sobre som do pronunciamento do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes. Ao propor ações para evitar a disseminação de notícias falsas e a propagação de discursos de ódio na internet, Moraes personifica o mocinho da trama noticiosa. Já nos dois comentários disponíveis na página da TV Brasil no YouTube é possível perceber vestígios da presença de vilões sem rosto, o que Jhonatan Mata (2013) conceitua como síndrome de Darth Vader. Identificado como @Death2208Note um telespectador-usuário da emissora pública no ambiente web coloca a atuação do magistrado sob suspeita:

Estranhamente, numa matéria na qual não existe legislação, um tribunal resolve promover um grupo de trabalho. Isso deveria ser tema para o Congresso Nacional, local próprio para o debate. Tribunal que faz esse tipo de coisa, somente em países totalitários.

O segundo comentário, de @janemaria2867 vai nessa mesma linha de ataque, ao TSE e ao Jornalismo que caracterizam o campo político da extrema direita: “Quer deixar os brasileiros alienado” (sic).

O último registro em vídeo exibido pela emissora pública que tematiza a desinformação tem 73 visualizações e foi postado no canal da TV Brasil no YouTube no dia 14 de abril. O material coloca em cena por meio de uma série de reportagens sobre vacinação infantil, um dos riscos concretos da desinformação, sendo um de seus reflexos a problemas relacionados à vacinação. Referência mundial na área, nos últimos anos o país registrou queda na cobertura vacinal, retrocedendo aos níveis de 30 anos. Para enfrentar a

desinformação, que “levanta suspeitas sobre os imunizantes”, como alerta a descrição da reportagem no YouTube, o telejornal da emissora pública recorre aos discurso de verdade dos cientistas. Unâimes no reforço de segurança das vacinas, em depoimento voltado às que as famílias, professores e profissionais de saúde, assumem o papel de heróis da reportagem. O material editado tem sonoras de uma enfermeira, de um professor e pesquisadora da UFES (Fabio Goveia) e de uma especialista com atuação em organismo internacional de saúde internacionais, além de um sobe som de uma reunião de mães em ambiente escolar. Esses registros de orientação reforçam o papel da educação e do jornalismo público em uma ética de cuidado.

Outro recorte analítico proposto no artigo refere-se a um olhar sobre a cobertura dos ataques às sedes dos poderes, em 08 de janeiro de 2023. No caso da TV Brasil três conteúdos audiovisuais constituem a materialidade investigada. As matérias foram veiculadas na edição do Repórter Brasil Noite de 09 de janeiro sob a retranca “Terrorismo em Brasília”. A primeira delas, com duração de 12’18” busca reconstruir o dia seguinte ao caos, como informa a descrição do canal da TV Brasil no YouTube. O tom geral da matéria é essencialmente informativo, com reforço da factualidade por meio de inserção de participações ao vivo de repórteres da emissora pública. A matéria é aberta com um deles no Palácio do Planalto; além de mostrar pedaços de vidro recolhidos, informa o término de uma reunião de Lula com governadores, e chama outra repórter que realiza o relato sobre a situação no Senado Federal, a narração é combinada com inserção de imagens dos ataques que ocupam parte da tela. O terceiro repórter convocado fala direto do Supremo Tribunal Federal, também ao vivo durante a transmissão do telejornal. Em frente ao prédio do STF, o jornalista informa a expectativa pela chegada da comitiva de presidente e governadores, e registra a realização de perícias ao longo do dia, mais uma vez com a inserção de imagens dos ataques na lateral da tela. Esses participações de repórteres inseridos nos locais dos ataques reforçam a dimensão do ao vivo e ocupam cerca de metade do tempo do material em vídeo, sendo seguidos por uma reportagem anunciada pelo jornalista que fala do Supremo. O material é construído a partir de longa narração em off, com imagens da caminhada dos manifestantes em direção à Praça dos Três Poderes, do cenário de destruição pós ataques, de pronunciamento do governador do DF e das ações de retomada dos prédios públicos. Em seguida é exibido um trecho de sobe som de vídeo compartilhado em redes sociais digitais pelo ministro das Comunicações Paulo Pimenta, registro de manifestações de autoridades sobre os ataques,

com inserção de um trecho do pronunciamento do presidente Lula na noite de 08 de janeiro. Por meio de imagens fotográficas há apresentação do interventor, Ricardo Capelli, e depois de manifestações dos ministros Alexandre Padilha e Flávio Dino. O segundo material, com duração de 3'24" relata as ações de desmonte do acampamento em frente ao quartel general do Exército, em Brasília. Nesse trecho, além das imagens dos atos terroristas e da desocupação, destacam-se as figuras de autoridade, ministro da Justiça e Diretor da Polícia Federal e o especialista, um professor de Direito que analisa as responsabilidades do governo do DF, e a necessidade de tramitação legal antes da definição da punição a ser atribuída. O último material produzida pela TV Brasil sobre os ataques na edição de 09 de janeiro é uma nota simples, com relato pela apresentadora em estúdio acerca de exoneração de uma funcionária da EBC, que ocupava um cargo em comissão no Rio de Janeiro e que teria participado “dos atos golpistas”. Há registro ainda da versão da profissional, que em redes sociais teria negado a participação nos ataques. Como nos materiais relativos à desinformação, há um reforço do aspecto institucional nas narrativas. Seja na escolha de fontes, do tom narrativo ou dos vínculos tecidos com a audiência.

Laços de proximidade em dois tempos: em busca de vínculos e legitimidade com a audiência em emissoras privadas

Enquanto a trajetória da TV Brasil ainda é pouco conhecida por muitos telespectadores, com percurso ainda frágil sob o ponto de vista do (re)conhecimento do grande público, no caso da TV Globo e do canal por assinatura Globonews os encontros já foram anunciados em campanhas publicitárias da própria emissora. O tom de proximidade com a audiência, com cada telespectador em particular já foi narrada em slogans “Globo e você, tudo a ver” ou “A gente se vê por aqui”, que assim como a marca sonora “plim-plim” se tornaram metáforas da relação do brasileiro com a televisão como mídia central para informação, e entretenimento.

Das telas da TV para de outros dispositivos, a construção de vínculos é realizada também a partir da mediação ativa de jornalistas e apresentadores. Sandra Annenberg, então apresentadora do Jornal Hoje, há muito anunciou em vídeo convertido em meme que “sua audiência é muito importante para nós”; Willian Bonner se tornou o tio Bonner do twitter, enquanto compartilhava receitas de brigadeiro e votações para a escolha da gravata a ser

usada no JN; Andréia Sadi, Natuza Nery e Maria Beltrão realizam lives para compartilhar encontros familiares, oferta de cursos de jornalismo especializado ou lançamentos de livros autorais.

A busca relativa ao tema desinformação por meio da plataforma Globoplay, recurso utilizado na contemporaneidade como repositório para pesquisas, resultou na seleção de três materiais para a análise proposta no artigo. Na Globonews o recorte selecionado foi o quinto episódio da primeira temporada da série documental Extremistas.br. O material tem 40 minutos de duração, e apresenta a busca de um casal de estudantes por desmonetizar, ou melhor estimular anunciantes a retirarem financiamento de sites e canais que propagam desinformação. O episódio mostra a mobilização de dois cidadãos, escalados no papel e heróis, na tentativa de combater os investimentos em canais de dois influenciadores da extrema direita: a bolsonarista Sara Winter e um médico negacionista, que na preenchem o lugar de vilões da história tecida em telas. Classificado como gênero documentário, na área de Política, o material integra uma tentativa de aproximação da emissora com um público nem sempre fiel, mas que valoriza o jornalismo profissional.

Outros dois materiais selecionados foram veiculados na TV aberta, e foram acessados também a partir da plataforma. Os dois vídeos foram veiculados em 2023, sendo um em rede nacional e outro em rede regional de televisão, no estado de Minas Gerais. O primeiro material foi veiculado em rede nacional antes dos ataques, em 04 de janeiro, e tinha como tema a ação da AGU ao criar procuradoria especializada no combates à desinformação sobre políticas públicas. O material apresenta a estratégia da Advocacia-Geral da União de criação de órgão auxiliar no combate à desinformação, e a ausência de ordenamento jurídico brasileiro sobre o tema, então em debate no Congresso Nacional. Além das vozes institucionais, da apresentadora Renata Lo Prete e de repórter sediado em Brasília, temos a sonora de um professor de Direito da USP. A materialidade veiculada contudo parece ser destinada à quem acompanha o tema, e não para o grane público. Nesse sentido, vale recuperar que na grade de programação televisiva, o programa é veiculado após o *prime time* em horário no qual os telespectadores, ao menos em tese, integrariam a chamada audiência qualificada, sob o ponto de vista econômico e cultural.

O terceiro recorte selecionado é de matéria veiculada no Bom Dia Minas, produzido pela TV Globo Minas e veiculado em todo o estado de Minas Gerais. A abordagem do tema contudo foi replicada em diversas afiliadas da rede, conforme registros disponíveis no Globoplay. O material em análise foi veiculado no dia 30 de março de 2023, e trata dos

reflexos da desinformação no campo da saúde pública; a retranca pela qual o material é identificado na plataforma de streaming é “Vacina bivalente contra Covid-19 é alvo de fake news”. A materialidade audiovisual analisada tem quatro minutos de duração, e é apresentada após um diálogo entre os dois apresentadores em estúdio, destacando a vacina como um avanço, no cuidado com as vidas dos telespectadores e familiares, e destacando como a desinformação prejudica o combate a Covid e outras doenças. Ainda em estúdio um dos apresentadores alerta: “a Secretaria de Saúde está preocupada com aquele trem feio...fake news, que é até criminoso. Muita gente está acreditando nas mentiras da internet”. Em seguida há um diálogo com um repórter que fala ao vivo direto de um posto de saúde. A apresentadora pergunta quais seriam as mentiras que estão falando sobre as vacinas, e mais uma vez se dirige diretamente aos espectadores: “gente vai na informação certa, checada...esquece isso, essas mentiras”. O outro apresentador em estúdio complementa: “o G1 tem até uma editoria, Fato ou Fake”. Pede em seguida que o repórter esclareça o que é fato e o que é fake. Os esclarecimentos são dados em tom de conversa ao pé do ouvido, e tentativa de convencimento, com inserção de imagens pré-gravadas do imunizante e de sua aplicação, e ainda de imagens da própria unidade de saúde em que é realizada a participação do repórter. Em alguns momentos essas cenas cobrem a imagem do repórter, e em outras há divisão da tela.

A cobertura dos atentados terroristas de 08 de janeiro de 2023, também relacionado ao universo da desinformação e processos de descredibilização do Jornalismo e outras instituições, teve cobertura de destaque tanto na TV Globo quanto na Globonews. Nos limites desse artigo alguns registros são importantes. O primeiro deles diz respeito à transmissão das ações de vândalos e da polícia no próprio dia dos ataques, iniciada pela Globonews, cujo sinal em seguida foi replicado na emissora de TV aberta. Vale ressaltar que o domingo, dia em que os ataques ocorreram, é tradicionalmente dedicado ao entretenimento na emissora global.

A cobertura dos ataques no dia 09 de janeiro ocupou quase a edição inteira do Jornal Nacional. Tanto consultando a versão completa do telejornal quanto os trechos disponíveis no repositório, apenas dois conteúdos da edição analisada não referem-se ao episódio: previsão do tempo e velório do jogador Roberto Dinamite. A matéria que abre a edição tem 10 minutos de duração, e destaca que os poderes continuam atuando, à despeito dos ataques realizados no dia anterior, “porque as instituições estão de pé, assim como a democracia, e as responsabilidades estão sendo apuradas”, como destaca William

Bonner em cabeça de apresentação de tom editorial. A matéria tem como gancho o afastamento do governador do DF, Ibaneis Rocha, com exposição de áudio com gravações de conversas entre ele e seu sub-secretário de segurança, e apresentação da transcrição da conversa no vídeo. São exibidas imagens do celular do governador, com narração em off da repórter. Um entrevistado do Fórum de Segurança ressalta a capacidade técnica da polícia do DF, não mobilizada. A reportagem é construída com forte aporte de imagens de arte, com registro de manifestações de autoridades, além de falas do ministro da Justiça, Flávio Dino, e de trecho de vídeo do dia anterior postado pelo então governador Ibaneis Rocha, com seu pedido de desculpas à população. Entre os materiais em vídeo que compõem a edição dois ganham destaque particular no que refere-se ao foco do artigo, uma reportagem sobre a produção de provas por meio das postagens realizadas em redes sociais digitais pelos próprios terroristas, e o registro da cobertura do atentado à democracia pela imprensa internacional. O resgate de manifestações de emissoras de TV, jornais impressos e de líderes políticos mundiais, incluindo o papa, é realizada por meio de uma cuidadosa edição em vídeo com narração em off. A matéria tem encerramento do repórter Murilo Salviano que fala em frente à embaixada do Brasil em Londres, destacando a mobilização de brasileiros e britânicos em defesa da democracia, que incluiria a demanda por punição dos terroristas e dos financiadores dos atos.

Na Globonews, outro foco de interesse do estudo apresentado, a cobertura combinou registros de imagens como as exibidas na TV Globo e uma dimensão de análise e depoimentos de repórteres e comentaristas. O registro dos fatos nesse caso foi quase sempre entremeado a relatos de memória sobre a presença dos jornalistas naqueles espaços, e de registros de apurações em tempo real, uma marca do canal.

Considerações finais

Presente em múltiplas telas, e responsáveis pelo maior tráfego de dados em todo o mundo, os materiais em vídeo são portadores de um valor de verdade intrínseco. Desde a possibilidade de “ver para crer”, que poderia convencer até mesmo os mais céticos, ao potencial de mobilização e engajamento, as cenas audiovisuais são um caminho para a constituição de vínculos e sensação de pertencimento. Sem a responsabilidade social com

uma informação precisa e com uma apuração ética, os recursos tecnológicos e de circulação podem representar também um problema.

A emergência da Covid-19 evidenciou a centralidade das telas como espaço de socialização e também de consumo, de informação inclusive. Por outro lado, também colocou em cena os riscos da desinformação, muitas vezes estimulado por autoridades federais durante os anos 2019-2022.

Os resultados da pesquisa documental por material audiovisual, tanto na TV Pública quanto na TV Comercial, mostram que o Jornalismo assumiu uma posição de defesa do conhecimento, e de seu próprio papel como ator social com credibilidade para informar de maneira adequada à população.

Como ponto comum entre as duas estratégias, de emissoras pública e comerciais, destaca-se a dimensão do ao vivo, e a inserção do repórter como arauto, no local dos fatos, compartilhando informações com maior distanciamento ou impressões mais pessoais, conforme a natureza da emissora, pública ou comercial. As estratégias de legitimação incluem além da defesa do Jornalismo, diferentes articulações da dramaturgia do telejornalismo em canais públicos e comerciais. Nos primeiros houve protagonismo de cidadãos comuns, especialmente participantes de coletivos e grupos sociais, como escolas, e de especialistas. Pesquisadores, profissionais de saúde e educação atuam como heróis e heroínas na tentativa de combater a desinformação, e os riscos a ela associados. A narrativa das reportagens e materiais em vídeo analisados, mesmo na cobertura dos ataques, é construída a partir da institucionalidade, o que pode ser relacionado à premissa de impessoalidade do serviço público.

Na TV Globo e Globonews, emissoras privadas tomadas como recorte, há presença de estratégias de aproximação em tons mais emocionais. Os registros evidenciam imagens e cenas em uma tentativa de imersão no telespectador no local dos fatos narrados, e seu engajamento na perspectiva editorial assumida. As relações de confiança e credibilidade são tecidas também a partir do envolvimento dos profissionais no local dos fatos, ontem e hoje. Nos recortes analisados por meio da AMA evidenciou-se a atuação dos repórteres e do próprio Jornalismo com protagonismo na trama narrada. As memórias e contatos de repórteres com fontes são narrados ao vivo, criando vínculos a ancorados em marcas de proximidade, que legitimam o fazer profissional, e a marca da emissora também como ator político.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Rui. A imprensa e o dever da verdade. Edição comemorativa dos 170 anos do nascimento de Rui Barbosa; prefácios de Cid Benjamin, Christian Edward Cyril Lynch. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. 101 p. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/564683/imprensa.pdf>. Acesso: 15/07/2023.

CERQUEIRA, Laerte. A função pedagógica do telejornalismo - e os saberes de Paulo Freire na prática jornalística. Florianópolis: Insular, 2018.

COUTINHO, Iluska. Dramaturgia do telejornalismo brasileiro: estrutura narrativa da informação em rede e nas emissoras de televisão de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.

COUTINHO, Iluska. Compreender a estrutura e experimentar o audiovisual: da dramaturgia do telejornalismo à análise da materialidade. In ÉMERIM, C; COUTINHO, I; FINGER, C. (orgs). Epistemologias do telejornalismo brasileiro. Florianópolis: Insular, 2018. pp.175-194.

COUTINHO, Iluska; PEREIRA, Ariane. Perspectiva de gênero em telas: Acréscimos ético-informacionais à dramaturgia do telejornalismo. In ÉMERIM, C; PEREIRA, A.; COUTINHO, I (orgs). Teorias do telejornalismo como direito humano. Florianópolis: Insular, 2021. pp.75-90.

MATA, Jhonatan. Um telejornal pra chamar de seu. Florianópolis: Insular, 2013.

OLIVEIRA FILHO, J. T., COUTINHO, I., & THOMÉ, C. A TV Pública é midiaticizada? Um estudo sobre o conceito de telejornalismo midiaticizado aplicado ao telejornalismo público brasileiro. Rizoma, 5(1), 22-35. 2017. Disponível em <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/8431>. Acesso: 13/07/2023

PEREIRA, Gustavo; COUTINHO, Iluska. A colonização audiovisual como alternativa para o local/regional: o caso de Juiz de Fora-MG. Temática. Volume 16, nº 06. 2020. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/53265> . Acesso: 13/07/2023.

PORCELLO, Flávio. A credibilidade do telejornalismo como antídoto às fakenews. In ÉMERIM, C; PEREIRA, A.; COUTINHO, I (orgs). Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas. Florianópolis: Insular, 2020. pp.273-290.

VIEIRA, Anderson. Publicada medida provisória que altera estrutura da EBC. Senado Notícias 02/09/2016. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/publicada-medida-provisoria-que-altera-estrutura-da-ebc>. Acesso: 14/08/2023.